



GT 042. Maternidades, partos e cuidado infantil: políticas dos corpos, direitos humanos e antropologia em ação

Rosamaria Giatti Carneiro (UnB) - Coordenador/a,
 Elaine Müller (UFPE) - Coordenador/a, Giovana
 Acácia Tempesta (UnB) - Debatedor/a, Fernanda
 Bittencourt Ribeiro (Pucrs) - Debatedor/a, Camila
 Pimentel (Fiocruz Pernambuco) - Debatedor/a

Este GT pretende dar continuidade às discussões inauguradas na RBA de 2014 e em outros fóruns de debate antropológico nos últimos anos. Se, de início, nos concentramos nos debates sobre parto, assistência médica e movimentos de mulheres na atualidade, os últimos anos têm nos dado mostra da ampliação da reflexão nesse campo. A antropologia do parto tornou-se, pouco a pouco, a antropologia das maternidades, dos corpos e da infância, tematizando literalmente o cuidado em sua vida social desde uma perspectiva de gênero. Muitos têm sido os seus desdobramentos que nos incitam a propor este grupo, quais sejam: as maternidades contra-hegemônicas; as novas parentalidades; as teorias da maternagem, a criação com apego, a disciplina positiva e seus dilemas; a vida profissional e a maternidade no século 21; as mães e deficiência no contexto do Zika Vírus; aborto; os movimentos sociais-econômicos maternos; a política e a maternidade; as desigualdades e maternidades; as noções de infância; os direitos no/do parto; a pesquisadora como mãe e a antropologia feita por mães, para além, é claro, dos debates sobre assistência médica, leituras de parto, pós-parto e amamentação. Por essa razão, trabalhos que contornem esse leque investigativo serão mais do que bem-vindos no sentido de despertar diálogos antropológicos sobre direitos humanos e maternidades em amplo e em sentido amplo.

A era do cuidado: transformações no sistema de saúde brasileiro, emoções e as mães de crianças com a Síndrome Congênita do Zika

Autoria: Fernanda Meira de Souza, Luciana Campelo Lira Russell Parry Scott

Nas décadas de 70 e 80, morriam cerca de 1 milhão de crianças com menos de 5 anos de idade por ano no Brasil. Doenças parasitárias, infecções e desnutrição eram as principais causas. Até meados da década de 80, nem toda a população tinha acesso aos serviços públicos de saúde, restrito à parcela da população que trabalhava com registro e contribuía com a previdência. Neste cenário, alguns estudos sobre mortalidade infantil, naquela época, identificavam que a ausência de recursos financeiros, desemprego, cotidiano de violência, doenças, desnutrição e ausência de atendimento público de saúde contribuíam para uma espécie de "cultura de negligência" no cuidado e no afeto - com as crianças, desencorajando a busca pela sobrevivência de crianças desnutridas, doentes ou com deficiência. Porém, apesar da desigualdade que ainda persiste no Brasil, a taxa de mortalidade infantil vem caindo nos últimos 30 anos. Um elemento divisor de águas, como demonstra o relatório do Unicef (2015), foi o surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS), em que o atendimento de atenção primária tem ênfase na saúde da família. Sobre mortalidade infantil, o relatório aponta que em 1990, a cada mil crianças nascidas vivas, 58 morriam antes de completarem 5 anos. Em 2015, caiu para 16 óbitos. Retomando como referência os estudos que enfatizavam a dita "cultura de negligência", nossa pesquisa tem se interessado em compreender como mudanças no sistema de saúde pública brasileiro contribuem numa transformação nas relações de cuidado das famílias com as crianças, na persistência da sobrevivência e desenvolvimento das crianças e nas emoções em torno desse cuidado. Como exemplo empírico, nossa pesquisa de campo foi feita no contexto da epidemia do Zika Vírus no Brasil, especificamente com as famílias cujas crianças foram nascidas entre 2015 e 2016, têm a Síndrome Congênita do Zika. Esta síndrome causou danos neurológicos severos e permanentes e o nascimento dessas crianças significou uma mudança drástica na vida dessas famílias, cujo cotidiano é marcado pelo cuidado com a



criança. A epidemia exigiu respostas rápidas do governo brasileiro, com mudanças de protocolos de atendimento, diagnóstico, prevenção ao Zika, e a grande demanda de assistência às crianças e suas famílias. Em torno do Zika surgiu uma mobilização, criando redes de apoio, comoção midiática e um estado de emergência colocando as crianças com a Síndrome Congênita, por ora, na prioridade do atendimento nos âmbitos da Saúde, da Assistência, etc. e, neste sentido, contribuindo para incentivar o cuidado da mãe com a criança e tornar sua existência algo positivo, em que o afeto aparece como elemento fundamental desse cuidado. No entanto não se sabe se o fim de um cenário de emergência incidirá, ou não, nessa mesma ?cultura do cuidado?.



Realização:



Apoio:



Organização:

